



INCLINAÇÕES, DESEJOS, SENSAÇÕES: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA FILOSOFIA E EDUCAÇÃO PRÁTICA DE KANT

Renata Cristina Lopes Andrade¹

Resumo:

O presente trabalho pretende abordar o espaço das *inclinações humanas* no interior da Filosofia Prática de Kant, bem como observar de que modo a Educação, segundo a visão kantiana, se posiciona nessa questão. Almejamos abordar o tema das inclinações humanas (sensações, paixões, apetites), em particular, nas obras *Fundamentação da metafísica dos Costumes* e *Crítica da razão prática*. Posteriormente, buscar possíveis relações com as considerações realizadas por Kant acerca do ambiente das inclinações nas preleções *Sobre a Pedagogia*. Uma tentativa de, primeiro, evidenciar a complementaridade das obras que constituem a filosofia prática de Kant (tendo em vista sua arquitetura, arranjo e divisão) e, segundo, encarar a alegação de que a filosofia moral de Kant requer a inteira supressão das inclinações (de toda e qualquer inclinação) para que a ação do homem possa ter o seu autêntico valor moral. Nesse sentido, tem-se a moral kantiana enquanto rigorosa, insensível ou vazia.

Palavras-chave: Kant, inclinação, valor moral, educação.

INCLINATIONS, DESIRES, SENSATIONS: CONSIDERATIONS AFTER THE PHILOSOPHY AND PRACTICE EDUCATION OF KANT.

Abstract:

This study addresses the space of the human inclinations within the Practical Philosophy of Kant, and to observe how the education, according to the kantian view, is placed in this question. We aim to address the theme of human inclinations (sensations, passions, appetites), particularly, in the works *Foundations of the Metaphysics of Morals* and *Critique of Practical Reason*. Later, seeking possible relationships with the remarks made by Kant about ambient of the inclinations on lectures *On Education*. An attempt to first highlight the complementarity of the works which constitute the practical philosophy of Kant (in view of its architecture, arrangement and division) and, second, to face the claim that Kant's moral philosophy requires the entire removal of the inclinations (of any inclination) so that man's actions have an authentic moral value. Accordingly, there is the Kantian moral while rigorous, insensitive or empty.

Key-words: Kant, inclinations, moral value, education.

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Marília, CAPES. renatacrlopes@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

A moral kantiana foi, por vezes, criticada por seu rigorismo, formalismo, insensibilidade ou vazio. Sendo apontada como uma doutrina moral a qual não leva em consideração, na formulação dos seus princípios (na elaboração, busca e fixação dos princípios morais), a natureza humana e tudo aquilo que a constitui, por exemplo: as inclinações, os apetites, as paixões, os desejos, os propósitos. Como se o sistema moral kantiano, ao exigir o puro cumprimento do *dever* – ações praticadas *por dever*, por respeito à lei moral – não permitisse, desse modo, nenhum espaço às inclinações, à constituição sensível do homem.

Essa interpretação pode ser traçada por contemporâneos de Kant, por exemplo, Schiller, que julga o ponto de vista de Kant na obra *Graça e dignidade*. Vejamos:

Escrúpulo da Consciência: Eu ajudo de bom grado meus amigos; mas ai de mim! Eu o faço com inclinação/ E assim eu me sinto seguidamente atormentado com o pensamento de que eu não sou virtuoso/ *Decisão*: Não há outro caminho a tomar, tu deves procurar desprezá-los/ E cumprir então com repugnância o que o dever te ordena (SCHILLER, 1991, p. 41).

Parece que a crítica de Schiller endereçada à Kant consiste em supor que a moral kantiana requer a supressão de toda e qualquer inclinação para que a ação do homem possa estar em acordo com o *princípio prático fundamental*, ou seja, para que a ação do homem possa apresentar um legítimo valor moral.

No entanto, parece ser possível recusar tal posição com bases na própria doutrina moral kantiana. Com a leitura dos textos de Kant sobre a moralidade pensamos ser possível recusar a posição de que ter uma inclinação, um desejo ou propósitos, significa a ausência do autêntico valor moral da ação do homem. Afinal, querer suprimir toda e qualquer inclinação parece contraditório com a própria natureza do homem, isto é, com a sua natureza *finita*.

Vale ressaltar que considerar a natureza finita do homem, parece algo necessário tratando-se de uma teoria moral (a preocupação com o valor moral das ações), pois ainda que essa teoria obtenha seu *princípio supremo* – o *princípio prático fundamental*, sem levar em consideração as peculiaridades da natureza humana, não poderá deixar de se indagar, em algum momento, sobre a natureza e a aplicabilidade destes princípios aos seres racionais e sensíveis, nesse caso, o homem – um dos agentes morais.

Certamente, para Kant, a inclinação (ou seja, aquilo que quero ou faço movido pelas sensações – paixões, apetites, desejos), não é o que confere o valor moral à ação. De fato, segundo a visão kantiana, o valor moral de uma ação não está (não é o que confere) nas inclinações, mas, isso significa que devemos suprimi-la? Devemos eliminar, abolir ou exterminar toda e qualquer inclinação?

Pensamos que na *Fundamentação da metafísica dos costumes* e *Crítica da razão prática* Kant apresenta o que é a inclinação, bem como o *espaço* das inclinações quando há a preocupação com o valor moral e, na *Sobre a Pedagogia* (obras núcleo do presente estudo), o filósofo, mostra-nos como tratar, ou seja, o *tratamento* adequado às inclinações, vale reforçar, caso haja a preocupação *moral*. Eis o que buscaremos desenvolver na presente exposição.

Porém, antes de nos determos na questão das inclinações no interior da *Filosofia e Educação Prática* de Kant (intenção central da exposição), mesmo que não entremos, nesse momento, no mérito de explicitá-los, dois introdutórios esclarecimentos são necessários. O que podemos entender por *prático* no pensamento de Kant e o que o filósofo denomina de *inclinação*.

Prático diz respeito ao que deve acontecer mediante *leis da liberdade*, segundo o próprio filósofo, “chama-se prático tudo o que se refere à liberdade” (KANT, 1999, p. 35).

E, “chama-se inclinação a dependência em que a faculdade de desejar está em face das sensações” (KANT, 1980, p. 124).

1 INCLINAÇÕES, DESEJOS, SENSACIONES

O ponto inicial de nossas análises se dará a partir da seguinte proposição:

Uma ação praticada por dever tem o seu valor moral, não *no propósito* que com ela se quer atingir, mas na máxima que a determina; não depende portanto da realidade do objeto da ação, mas somente do *princípio do querer* segundo o qual a ação, abstraído de todos os objetos da faculdade de desejar, foi praticada (KANT, 1980, p. 114).

Assim, em primeiro lugar, o que se coloca é: se o autêntico valor da ação está no *princípio do querer*, o que isso significa? O que é uma ação por *princípio*?² Em segundo lugar,

² Pensamos que se compreendermos o significado de *agir segundo princípios*, poderemos entender com mais clareza a relação entre a *ação por dever*, *valor moral*, *princípios*, *objeto de desejo*, *propósitos* e *inclinação*.

se o autêntico valor da ação está no *princípio do querer*, de que modo a educação é (ou pode ser) influente para que o homem haja, de fato, segundo *princípios*.

Tendo por base a citação acima exposta, vejamos o primeiro elemento a ser analisado – o que significa dizer e como Kant justifica que o valor moral da ação centra-se (está/é o que confere) no *princípio do querer*.

Conforme apontado na *Fundamentação da metafísica dos costumes*, a ação praticada precisamente *por dever* tem o seu valor não no *propósito* que com a ação se quer a atingir (alcançar/ter), mas na *máxima* que a determina (move/faz agir). Desse modo, o valor da ação não é dependente da realidade do *objeto* que se quer, mas somente do *princípio do querer* segundo o qual a ação foi realizada.

Ponderemos acerca da distinção kantiana entre *propósitos* e *máximas* – *objeto* e *princípio*.

Kant aponta-nos que inseparavelmente do propósito de uma ação sempre está um objeto, objetos da faculdade de desejar, isto significa ações sempre visando algum efeito, fins ou utilidades, algo que se queira (desejado) alcançar ao agir. Quando se tem um propósito, verificam-se fins e móveis³ do querer determinando a ação.

Nota-se que o propósito de uma ação baseia-se precisamente naquilo que particularmente quero (no quê quero), em um objeto desejado/querido. Ora, se se deixar guiar por objetos do desejo e, desse modo, se o valor da ação encontra-se no *propósito*, haveria, pelo menos, dois problemas: a) se o objeto não existir, se a ação não chegar ao seu propósito, ela não terá valor algum e b) o valor de qualquer objeto, mesmo de um objeto desejado, é sempre relativo, e não *absoluto*⁴.

Vê-se que distinto de um propósito, que está sempre diretamente ligado (é dependente) a um objeto da faculdade de desejar para determinar a ação (mover a vontade), temos a máxima da ação e somente ela pode apresentar o *princípio do querer* (também chamado por Kant de *princípio da vontade*), ou seja, pode fazer abstração do objeto desejado *enquanto aquilo que determina a ação*, enquanto aquilo que move a vontade. A máxima da ação pode não depender diretamente (para determinar o querer

³ Como explica Kant: “O princípio subjetivo do desejar é o móbil (*Teibfeder*), o princípio objetivo do querer é o motivo (*Bewegungsgrund*); daqui a diferença entre fins subjetivos, que assentam em móveis, e objetivos, que de pendem de motivos, válidos para todo ser racional” (KANT, 1980, p. 134).

⁴ Vale lembrar: conforme elucidado nos parágrafos iniciais da *Fundamentação*, moralmente bom significa absolutamente bom.

fazer) de algum objeto desejado (mesmo que se tenha o objeto desejado – diferentemente de um propósito).

Conforme apontado por Kant, o valor moral da ação praticada por dever centra-se na máxima da ação, isso significa que se concentra *no por quê quero* e somente uma máxima pode ilustrar as razões do querer (o por quê quero) diferentemente do que quero expresso por nossos propósitos.

Nota-se que Kant parece sugerir que a ação por dever (onde, segundo ele, reside o valor moral das ações) realiza a abstração do objeto – o quê quero: “[...] mas somente do princípio do querer segundo o qual a ação, abstraindo de todos os objetos da faculdade de desejar, foi praticada”.

O ponto que devemos compreender é: mesmo que se tenha um objeto desejado, na vontade movida somente pelo *princípio*, esse objeto não necessariamente será *a razão pela qual eu faço aquilo que faço*, isto é, a razão do meu querer fazer não necessariamente se apresentará precisa e exclusivamente no objeto que desejo. Eis o sentido de *abstrair o objeto de desejo*, ou seja, mesmo que haja, ele não será o que determina (move) a vontade.

Por exemplo: consideremos dois comerciantes que praticam preços justos. Um comerciante age por dever – afinal deve-se praticar preços justos – e o outro movido por interesse ou fim particular, para não perder os seus fregueses. A ação do comerciante "interesseiro" e daquele que age por dever é a mesma, vale dizer, "praticar preços justos". No entanto, o comerciante que age por dever pode também querer tal fim, ou seja, não perder os seus clientes, porém agir *por uma razão* que não se reduz simplesmente a esse fim desejado.

Consideremos outro exemplo: tenho como máxima enriquecer por todos os meios seguros. Se a minha vontade está *sob* o princípio prático, o que move a minha ação não será, em última análise, meu objeto (meu desejo, minha inclinação – nesse caso, minha cobiça); não posso ter minha inclinação enquanto *fundamento determinante* de minha vontade apta a um princípio prático.

“Chama-se inclinação a dependência em que a faculdade de desejar está em face das sensações [...]” (KANT, 1980, p. 124). Quando o objeto (o efeito que se espera da ação) é que fornece, em função da inclinação, o *princípio do querer*, a razão pela qual eu faço o que faço é *derivada* (sempre) do objeto. Por exemplo: posso fazer o bem ao meu próximo

porque isso me dá prazer; nesse caso, faço o bem *para* sentir prazer, *porque sinto prazer* (faço tendo em vista o efeito).

Desse modo, podemos citar ao menos dois problemas nas ações por inclinação enquanto determinante: (i) nota-se que posso fazer o bem quando quiser ter prazer, porém, nada me obriga a isso, nada exige de mim querer fazer sempre o bem, posso ora fazer, ora não, e, se faço por inclinação, farei quando tiver a inclinação e não farei quando (ou se) não tiver. (ii) se é boa por "inclinarse" para tais e tais objetos/efeitos, então temos o problema do valor relativo e limitado dos objetos (propósitos).

Temos dois pontos distintos: a) um objeto (uma inclinação) que fornece, em função de um desejo, de um propósito, o *princípio do querer*, isto é, a razão pela qual eu faço algo é derivada do objeto e, b) tenho um objeto do querer, porém, o *princípio do querer*, a razão pela qual realizo algo não é simplesmente derivada do objeto, embora eu deseje tal objeto, ou seja, embora eu tenha ou queira "A".

Allison (1990, p.111), aponta-nos que não distinguir essas duas alternativas ligadas ao objeto da vontade é uma falha frequente dos comentadores e críticos de Kant, que, assim, apresentaram-no reivindicando, ou pelo menos inferindo, que uma ação *não pode ter valor moral* se, em suas realizações, o agente possui o desejo por um determinado objeto, um desejo ou interesse pelo objeto "A", também, chamado por Allison, de *inclinação*⁵.

Beck⁶ também chama a atenção para o que Allison apontou enquanto o erro comum dos comentadores, os quais apresentam Kant afirmando que (i) o princípio prático é somente um critério para admitir máximas materiais e (ii) há sempre um conflito entre máximas naturais, máximas materiais e o princípio prático objetivo, a saber, a lei prática, o que leva a crer que, segundo a posição de Kant, a lei nada tem a ver (ou pode ter) com a realização de "A".

Na questão *inclinação* e *valor moral*, o correto para Allison é que Kant meramente tenta descrever situações nas quais o valor moral das ações se torna evidente,

⁵ O que é sugerido aqui é que "ter o objeto", nesse sentido especificado, é conclusão do que significa "ter uma inclinação".

⁶ BECK, 1984, p.118

por exemplo, no caso do filantropo insensível⁷; mas o filósofo, apesar de em muitas passagens dar margens a essa interpretação, não reivindica que ações unicamente podem possuir valor moral na abstinência das inclinações. Kant não nega os desejos, os propósitos, a máxima material, porém, ela não deve ser *causa/origem* (o motivo – *Bewegungsgrund*) da ação – caso exista a preocupação moral.

Em suma: duas ações como o *mesmo propósito* podem ser ditas uma boa e a outra má, uma é dita boa e a outra má em função da razão (o porquê quero o que quero/ o porquê faço o que faço) pela qual a ação é realizada, isto significa, em função do *princípio do querer*.

Para Kant, portanto, o valor moral está no princípio, não se reduz ao propósito, desse modo, podemos pensar que o valor moral está (se é que há) no princípio formal da vontade em função do qual (se tenho a preocupação moral) adoto ou rejeito máximas.

Conforme posto, segundo Kant, o valor moral de uma ação não pode ser estabelecido pelo objeto, não se centra precisamente na inclinação, mas antes, pelo princípio do querer. Ou ainda, não pode ser “verificado” no propósito de uma ação, antes pela máxima que a determina. O que significa dizer que tendo em vista que a vontade humana tem de necessariamente ser determinada de algum modo, isto é, algo tem de colocá-la em movimento, não será o objeto ou a inclinação (caso haja a preocupação moral) que deverá mover essa vontade, antes o *princípio do querer* (as razões pelas quais faço o que faço). A ação que se orienta por este *princípio* é praticada por *dever*.

O ponto decisivo do “esclarecimento” moral, na concepção do filósofo, apresenta-se justamente na consciência da *faculdade da razão prática pura*, isto é, a capacidade de decidir, de escolher a sua ação independentemente de fundamentos determinantes sensíveis (condição de determinação) – os impulsos, as carências, paixões, sensação de agradável e desagradável.

2 INCLINAÇÕES, DESEJOS, SENSAÇÕES E EDUCAÇÃO

Abordemos agora o segundo momento da investigação: de que modo a educação é (ou pode ser) atuante para que o homem haja, então, segundo *princípio*?

⁷ Primeira seção da *Fundamentação da metafísica dos costumes* § 11.

Para tanto vejamos, inicialmente, o que podemos entender (ainda que de modo breve) por *educação*, segundo o ponto de vista kantiano.

*Sobre a Pedagogia*⁸ é dividida em três partes:

- I) *Introdução*: onde encontramos vários elementos do pensamento sobre a pedagogia (entendida enquanto *Doutrina da Educação*) de Kant,
- II) *Educação Física*,
- III) *Educação Prática*.

Tendo em vista a própria divisão da obra e as primeiras considerações da *Sobre a Pedagogia*, pensamos que a educação, conforme posta por Kant, pode ser entendida sob duas perspectivas fundamentais, bem como, por quatro momentos essenciais, a saber: *Física e Prática – cuidado, disciplina, instrução e direcionamento*: i) *Educação Física*: o cuidado, ii) *Educação Prática*: a disciplina, a instrução e o direcionamento.

A educação física tem em vista os *cuidados* com o infante, ou seja, precauções, conservação e trato para que o infante não faça um uso nocivo de suas próprias forças. A educação prática, por sua vez, diz respeito à *formação* do sujeito, para que ele desenvolva a sua *Humanidade*⁹ e possa viver enquanto um ser *livre* – o alcance de sua *liberdade*: eis, segundo Kant, o *fim último* do Homem ou a sua *destinação*¹⁰.

A educação prática¹¹ é dividida, essencialmente, em três momentos, *disciplina, instrução e direcionamento*, momentos de *desenvolvimento e formação* dos indivíduos, o que Kant também nomeia de parte *negativa* e parte *positiva* da educação prática.

Verificamos que este modo de se referir aos momentos da educação prática enquanto negativa e positiva (negativa: a disciplina e positiva: a instrução), é uma divisão que ocorre em outros momentos nos escritos de Kant. Por exemplo, na *Crítica da Razão Pura* quando ele diz:

⁸ A maior parte do pensamento de Kant sobre a pedagogia encontra-se no conjunto de preleções intitulado “Sobre a pedagogia” (*Über Pädagogik*), porém há sinais da sua *Doutrina da Educação* em alguns momentos no conjunto de suas três *Críticas*, na *Fundamentação da Metafísica dos costumes* e *Metafísica dos costumes – “Doutrina da virtude”*.

⁹ Por *Humanidade* Kant entende: o desenvolvimento de habilidades, qualidades, capacidades, alcance do conhecimento e da liberdade. Para um desenvolvimento completo do homem é pressuposto o desenvolvimento da *razão*, que, segundo o filósofo, é a *faculdade dos princípios* – dos *princípios do conhecimento* e dos *princípios práticos*. Parece que a educação, conforme apontada por Kant, apresenta-se enquanto um dos mecanismos capaz de tal desenvolvimento.

¹⁰ *Crítica do juízo* §§ 82-84, *Sobre a Pedagogia* 445.

¹¹ Vale ressaltar que prático, segundo Kant, diz respeito a tudo o que se refere à liberdade, desse modo, podemos pensar a educação prática enquanto a educação do homem livre.

A compulsão pela qual a tendência constante para desobedecer a certas *regras* é reprimida e finalmente extirpada é chamada de *disciplina*. [...] A formação (*Bildung*) é o desenvolvimento de um talento, o qual já possui em si próprio a tendência para se manifestar; a disciplina oferecerá, portanto, uma contribuição negativa, a formação e a doutrina (*Doktrin*) uma contribuição positiva. (A 709/B 737 – A 710/B738)

Pretendemos, nesse momento, chamar a atenção à parte negativa (ou primeiro momento) da educação prática, vale dizer, à *disciplina* (*Disziplin*). Averiguando qual a função e a necessidade da disciplina no projeto filosófico da *Educação Prática de Kant*. O que se justifica, pois, talvez seja correto afirmar que a disciplina é a responsável pelo “tratamento” inicial adequado às inclinações humanas, vale dizer, caso haja a preocupação moral.

É notável o constrangimento ao falar da questão da disciplina no âmbito pedagógico, muitas vezes ligada ao mero autoritarismo, à mera imposição da ordem ou domínio, o que não se apresentam enquanto sinônimos de disciplina em Kant, tendo em vista que, já na *Crítica da razão pura*, o filósofo nos aponta algo distinto do mero autoritarismo, diz ele:

Bem sei que na linguagem escolástica se costuma usar os termos disciplinas e instrução como sinônimos. Só que frente a isto há tantos casos em que a primeira expressão, usada no sentido de *regime de ordem*, é cuidadosamente distinguida da segunda, usada no sentido de *ensinamento*, a própria natureza das coisas também reclamando a manutenção das únicas expressões convenientes para esta distinção, que desejo jamais seja permitido empregar a primeira palavra com um outro significado senão o negativo (KANT, 1983, p. 350)¹².

Vejamos, então, o que Kant entende por disciplina e qual sua função específica no processo de desenvolvimento da *Humanidade*.

A disciplina é apontada pelo filósofo enquanto uma condição (um estágio preliminar e necessário) à educação completa do homem, diz Kant: “a disciplina transforma a animalidade em humanidade” (KANT, 1999, p. 12). Porém, o que isso significa?

O ponto de partida de Kant em seus argumentos inicia a respeito da educação e seus elementos característicos na *Sobre a pedagogia*, é a distinção entre o animal e o homem (ser sensível e racional).

¹² Desse modo, talvez possamos, ao tentar elucidar o pensamento pedagógico kantiano, revelar alguma das contribuições da pedagogia de Kant às discussões contemporâneas sobre as práticas educativas.

Um animal, diz ele, é por seu próprio *instinto* tudo aquilo que pode ser, há uma “razão”, no sentido de motivo ou natureza exterior que tomou por ele, antecipadamente, todos os cuidados precisos. Por exemplo:

Se um animal ao vir ao mundo, gritasse, como fazem os bebês tornar-se-ia com certeza presa dos lobos e outros animais selvagens atraídos pelos seus gritos (KANT, 1999 p. 11)¹³.

No entanto, o homem não é puro instinto (como é o caso do animal), ele apresenta em sua constituição uma porção sensível, ou seja, instintiva, impulsiva, de inclinações, e racional, o que significa que é também um ser dotado de razão que, segundo Kant, é a *faculdade dos princípios* – princípios do conhecimento e princípios práticos¹⁴. Por isso, por não ser puro instinto, precisa formar (há a necessidade de formar) por si o projeto de sua conduta, de seu comportamento, em suma, de suas ações.

Podemos apontar que, seguindo as considerações kantianas sobre ação, valor moral e educação, por si só o homem não tem a capacidade imediata de realizar o projeto de sua conduta, ou seja, o homem não apresenta por si só a capacidade de iniciar o processo de desenvolvimento de sua *Humanidade*, mister se faz o auxílio do outro, o outro podemos encontrar na Educação conforme pensada por Kant.

A *disciplina*, enquanto o primeiro momento da Educação Prática de Kant apresenta um caráter negativo, afinal é uma espécie de tratamento mediante o qual se tira do homem a sua selvageria, do estado bruto, da condição instintiva, impulsiva ou de inclinação. O que significa, para o filósofo, um dizer *não* a animalidade, preparando, desse modo, o sujeito para o momento da formação e desenvolvimento – a parte positiva da educação prática.

A selvageria, o puro instinto ou animalidade, consiste, segundo Kant, na independência ou ausência de toda e qualquer *lei*; a disciplina, por sua vez, submete (é o início do processo) o homem às *leis*, porém, não são quaisquer leis, antes, são as *leis da humanidade*, isto é, leis da sua própria humanidade¹⁵ que, não perdendo de vista o conjunto do pensamento prático de Kant, nada mais são, senão, *leis da liberdade*.

¹³ Outro exemplo do instinto animal: é de fato maravilhoso ver, por exemplo, como os filhotes de andorinha, apenas saídos do ovo e ainda cegos, sabem dispor-se de modo que seus excrementos caiam fora do ninho (KANT, 1999 p. 11). Na natureza, aponta Kant, não nos faltam exemplos da sagacidade do instinto animal.

¹⁴ *Crítica da razão prática* A216

¹⁵ *Sobre Pedagogia* 442.

Mas, é preciso atentar-se para o fato de que o dizer *não* (negar) à selvageria, o transformar a animalidade em humanidade, não significa destruir ou erradicar com todo e qualquer instinto, não significa ter que abolir ou suprimir com toda e qualquer inclinações, desejos, paixões, apetites ou sensação.

Do mesmo modo, como fora apontado anteriormente com a análise da *Fundamentação e Crítica da razão prática*, nesse momento com a educação, Kant também não afirma a necessidade de qualquer erradicação da inclinação.

A disciplina significa, especificamente, procurar evitar que a animalidade cause danos à humanidade – ao desenvolvimento da humanidade. Portanto, a disciplina deve, por exemplo, conter o homem de modo que ele não se lance ao perigo lhe causado danos e prejuízos.

Veja, no primeiro caso, ao tratar do *fundamento moral (Fundamentação e segunda Crítica)*, temos que a inclinação não é uma boa ou segura base (fundamento/motivo) da ação (caso haja a preocupação com o valor moral da ação), afinal, se há a preocupação moral deve-se agir segundo (por) princípios. No segundo caso, com a educação, temos que a inclinação pode causar (por vezes) danos à própria *humanidade*, então, há a necessidade da disciplina, para que o que inclina não prejudique o próprio homem, impedindo-o, por exemplo, de alcançar/desenvolver sua humanidade, ou ainda, cause danos a si e ao projeto da sua conduta moral.

Assim, a inclinação – aquilo que desejo face às minhas sensações, além de não poder fornecer o autêntico valor moral à ação do homem, pode, em muitos casos, prejudicar o homem no processo de desenvolvimento de sua humanidade – o homem moral e livre.

No entanto, não temos indícios, em nenhum dos dois casos (Filosofia e Educação Prática), em que Kant afirma a necessidade de erradicação da inclinação. Ao invés disso, temos que a inclinação por não poder ser uma base segura da ação moral e por poder, em alguns casos, causar danos à humanidade, não deve estar na base da ação moral e deve ser tratada (cuidada, atendida) pela educação, ou seja, merece atenção no processo da formação do homem. Eis, ademais, a necessidade da disciplina, enquanto o momento inicial da educação prática, no tratamento (ou atenção) adequado às inclinações.

A disciplina, desse modo, é fundamental para que no futuro o homem não se lance aos perigos, nem mesmo siga, de fato e imediatamente, a cada um de seus *caprichos*,

instintos, ou *impulsos*, mas antes, possa seguir as leis da sua própria humanidade, possa agir segundo *princípios*, nesse sentido, cumpra (realize) o seu dever moral.

É preciso destacar que em momento algum Kant afirma que as ações determinadas pelas inclinações sensíveis são erradas, segundo ele, são ações, precisamente, praticadas por razões errôneas, o problema centra-se, exclusivamente, no *porquê faço o que faço*. Isso implica dizer que, por mais que a ação por inclinação seja correta ou boa, a determinação sensível retira todo o valor moral do ato, pois mesmo que o ato seja *bom*¹⁶, em todos os casos de determinação sensível (ou por inclinações) o que prevalece é o *Querido Eu*¹⁷, ou seja, ações visando um objetivo específico e particular, o qual sempre se sobressai excluindo completamente o *valor* moral da ação, restando apenas a intenção egoísta.

Por exemplo: suponhamos que eu vá à igreja e o padre me diga “você deve ser bom, ser justo e honesto, caso contrário, não ganhará o reino dos céus”. Ora, eu quero ganhar o reino dos céus, então, serei bom, justo e honesto. A minha ação, certamente, será correta do ponto de vista moral. Mas, terá *valor moral*?¹⁸

Veja: o que determina a minha ação, nesse caso, é o meu *fim subjetivo*, ou seja, o meu desejo pelo reino dos céus. Quais os problemas desse tipo de determinação e porque ela carece de valor: i) faço o que faço por causa dos *meus interesses* particulares e o que prevalece ou sobressai é o meu *querido eu*; ii) amanhã eu posso deixar de temer a Deus ou não ter mais esse fim, não querer mais o reino dos céus, desse modo, não havendo mais o temor ou o meu desejo posso deixar de ser bom, honesto e justo.

Diferentemente de quando o que me move é o *princípio supremo da moralidade*¹⁹, independente de toda e qualquer inclinação ou desejo, o *fim da ação é objetivo* (ou seja, necessário e universal) e me *ordena* sempre, em todos os casos – devo ser bom, justo e honesto²⁰.

¹⁶ Vale lembrar que na filosofia moral de Kant há uma equivalência entre algo ilimitadamente bom com o valor moral das ações humanas (o bom moral), ou seja, para ser moralmente bom deve ser bom sem reservas. O que não parece ser o caso das inclinações, que além de revelar uma intenção egoísta, pode ora levar ao bem, ora ao mal, dependendo exclusivamente das razões que motivou o homem a realizar sua ação.

¹⁷ KANT, 190, p. 120

¹⁸ O valor moral, segundo Kant, é de longe o mais alto.

¹⁹ A *lei moral* por excelência.

²⁰ O que determina esse valor, na concepção do filósofo, é a objetividade dos fins, isto é, fins objetivamente válidos (necessários e válidos para todos sem exceção) que podem, ao mesmo tempo, ser um fim subjetivo (valer para o próprio sujeito da ação).

Podemos ainda mencionar que o instinto, impulsos ou inclinações podem até apresentar uma tendência ao bem, à benevolência, porém são cegas e servis²¹ e podem não saber determinar nem mesmo o correto moral, como explica Kant na *Lições de ética*²²: “Temos um instinto benevolente, mas não um instinto que sabe determinar o correto”. Vale destacar, o agir correto do ponto de vista moral.

Sendo assim, é preciso acostumar o homem, desde cedo, a submeter-se aos *preceitos da razão* – às leis da sua humanidade; no homem, por não ser um ser puramente instintivo, a animalidade requer polimento. O homem deve ser, portanto, disciplinado, que, em suma, significa procurar *impedir que a animalidade prejudique o caráter humano*.

A disciplina por sua específica função (domar/negar a selvageria de modo que ela não causa danos ao homem) prepara o caminho à parte positiva da educação prática, e, nesse sentido, ela se torna necessária, visto que, de acordo com Kant, não se pode abolir (mais tarde) o estado selvagem e corrigir um defeito de disciplina.

A falta de disciplina é um mal pior que a falta de cultura, pois esta pode ser remediada mais tarde, ao passo de que não se pode abolir o estado selvagem e corrigir um defeito de disciplina (KANT, 1999, p. 16).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando, podemos dizer que a *disciplina*, conforme concebida por Kant, desempenha um papel central no interior do processo educacional o qual ele denomina de *educação prática*. Vale lembrar:

A educação *prática* ou *moral* (chama-se prático tudo que se refere à liberdade) é aquela que diz respeito à construção (formação) do homem, para que ele possa viver como um ser livre (Idem, p. 34-5).

A disciplina é o que permite o indivíduo contrapor-se à pretensão imediata das suas inclinações e desejos, os quais podem, por vezes, causar prejuízos à sua própria humanidade, levando também ora ao bem, ora ao mal e, de modo definitivo segundo Kant, não podem conferir à ação do homem seu autêntico valor – *o valor moral*.

²¹ *Crítica da razão prática* A213.

²² *Lições de ética* 194.

Nesse sentido, podemos pensar a *disciplina* enquanto uma condição preliminar e necessária à educação do homem moral, isto é, àquele homem que age segundo *princípios*. Portanto, disciplinar, conforme posto por Kant, não diz respeito à mera imposição de quaisquer regras, leis ou ordens, de modo que se deva cumprir exatamente o que fora comandado/ordenado (podendo ser confundida com o autoritarismo), não se trata de submeter a criança à escravidão ou à mera servidão, mas, muito antes, trata-se de domar o instinto, o impulso, os caprichos e as inclinações imediatas, impedindo que a animalidade cause danos e prejuízos ao homem – à sua própria humanidade. A disciplina é o que prepara (ou abre) o caminho para a parte positiva da educação prática, ou seja, a educação do homem moral e livre – *leis, normas, regras da sua própria humanidade* – leis, normas, regras as quais o homem é capaz de oferecer a si próprio.

Conforme esclarece Vicenti: “*prepara-se, então, através da disciplina, o exercício de um homem verdadeiramente livre*” (VICENTI, 1994, p. 23).

Queremos observar, por fim, que ao tentar abarcar a complexa ação de Kant ao tratar da *moralidade*, talvez seja possível colocar as apropriadas advertências ao tão divulgado vazio, rigorismo, insensibilidade ou formalismo kantiano.

Referências

- ALLISON, H. E. *Kant's theory of freedom*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- BECK, L. W. *A commentary on Kant's Critique of Practical Reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.
- BITTNER, R. *Máximas*. In: *Studia Kantiana – Revista da Sociedade Kant Brasileira*, nº. 5, 2003.
- DALBOSCO, C. A. “*Da pressão disciplinada à educação moral: esboço sobre o significado e o papel da pedagogia no pensamento de Kant*”. In: *Educação e sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, Set./Dez., 2004. (1333 – 1356).
- _____. (Org.). *Filosofia prática e pedagogia*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003. (107-121).
- DELBOS, V. *La philosophie pratique de Kant*. Paris: P. U. F., 1969.
- HÖFFE, O. *Immanuel Kant*. São Paulo: Martins fontes, 2005.
- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *Crítica da Razão Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

- _____. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- _____. *Metafísica dos costumes*. Lisboa: Ed. 70, 2004.
- _____. *Sobre a pedagogia*. Piracicaba: Unimep. 1999.
- _____. *Lectures on Ethics*. Edited by Peter Heath & J. B. Schneewind. Translated by Peter Heath. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MOREAU, P. *L' éducation morale chez Kant*. Paris, Cerf, 1988.
- OLIVEIRA, M. N. de. *A educação na ética kantiana*. IN: Educação e Pesquisa. São Paulo, v.30, n.3, p. 447-460, set./dez. 2004.
- PINHEIRO, C. de M. *Kant e a educação – reflexões filosóficas*. Caxias do Sul: Educus, 2007.
- SCHILLER, F. *Graça e dignidade*. São Paulo: Iluminuras P. P. Editoriais Ltda., 1991.
- VINCENTI, L. *Educação e liberdade: Kant e Fichte*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994.